



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008712-42.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **RICARDO CAMARGO**
Requerido: **OI MÓVEL S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

RICARDO CAMARGO ajuizou ação contra a ré **OI MÓVEL S/A**, almejando à condenação desta na obrigação de fazer, consistente na reativação da linha telefônica móvel, que passou a não mais funcionar após a aquisição de chip com tecnologia 4G.

Em virtude do ocorrido, foi determinado à ré, em caráter liminar, que procedesse ao restabelecimento dos serviços de telefonia ao autor, no prazo de três dias, sob pena de multa diária.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que a linha encontrase ativa e não há defeito na prestação dos serviços contratados.

Após deliberação desse Juízo foi constatado pelo oficial de justiça que os defeitos reclamados pelo autor ainda persistiam.

Todavia, na sequência compareceu o autor em cartório informando que a linha telefônica em questão fora regularizada no dia vinte e seis de setembro p. p.

Restou, portanto, esgotado o objeto do processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré na obrigação de fazer, consistente no restabelecimento da linha telefônica móvel do autor de número 16-99753-6001.

Outrossim, diante do cumprimento da obrigação, **julgo extinta** a ação, nos termos do art. 269, I c.c. art. 794, I, ambos do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado e feitas as anotações de estilo, proceda-se à baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**